SUBJETIVIDADES
e-ISSN: 2359-0777
Universidade de Fortaleza
Estudos Teóricos

https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v26i1.e14233

A dimensão social da psicanálise: Por uma clínica para todos

The social dimension of psychoanalysis: A clinic for everyone

La dimensión social del psicoanálisis: Por una clínica para todos

La dimension sociale de la psychanalyse: Pour une clinique pour tous

Mariele Aparecida Malaquias Silva*
Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil
https://orcid.org/0009-0003-2131-5327

Robert Filipe Passos
Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-0900-4262

Como citar:
Silva, M. A. M., & Passos, R. F. (2026). A dimensão social da psicanálise: Por uma clínica para todos. *Revista Subjetividades, 26*(1), 1-13. https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v26i1.e14233

Histórico de publicação
Submetido em: 11/01/2023 **Aceito em:** 23/10/2025 **Publicado em:** 21/01/2026

Resumo

A psicanálise é um conhecimento que se estabeleceu de forma dinâmica no meio acadêmico brasileiro, sendo ensinada em múltiplas universidades. No entanto, a metodologia ministrada nesses espaços institucionais, por vezes, ignora a perspectiva social inerente à própria formulação teórica dessa concepção psicológica. Esta pesquisa propõe-se a resgatar uma psicanálise que foca na dimensão social do sujeito, tomando por base as experiências das clínicas públicas. Para isso, analisa-se, historicamente, o surgimento das clínicas públicas de psicanálise e revisita-se o conceito de sujeito inconsciente, o qual já incorpora, em sua formulação teórica, uma dimensão social que ultrapassa as concepções puramente psíquicas do indivíduo. O método desta pesquisa consiste na análise bibliográfica narrativa, que recorre a diferentes fontes de produção científica e busca subsidiar a problematização proposta nesta investigação. Paralelamente ao resgate de experiências históricas pontuais, procurou-se identificar as ramificações sociais da psicanálise até o contexto atual da América Latina. Essa dimensão é, então, examinada por meio de casos concretos no Brasil, nos quais se observa a recuperação de espaços coletivos que oferecem cuidado gratuito. Por fim, conclui-se que tais experiências formulam dobras, tensionamentos e diferenças no próprio modo de se fazer psicanálise, aproximando esse pensamento de uma clínica amparada na dimensão social do sujeito.

Palavras-chave: psicanálise, clínica pública, sujeito, inconsciente, social.

Abstract

Psychoanalysis is a field of knowledge that has been dynamically established within the Brazilian academic milieu, being taught in multiple universities. However, the methodology taught within these institutional spaces often ignores the social perspective inherent to the very

***Autora Correspondente**
E-mail: marielemalakiasrg@gmail.com

CC BY NC

theoretical formulation of this psychological conception. This research proposes to reclaim a form of psychoanalysis that centralizes the social dimension of the subject, drawing on the experiences of public clinics. To this end, it historically analyzes the emergence of public psychoanalytic clinics and revisits the concept of the unconscious subject, demonstrating how the latter already incorporates, in its theoretical formulation, a social dimension that transcends purely psychic conceptions of the individual. The method of this research is a narrative bibliographic analysis, which draws on different sources of scientific production to support the problematization proposed in this investigation. Parallel to the recovery of specific historical experiences, the study sought to identify the social ramifications of psychoanalysis up to the current context of Latin America. This dimension is then examined through concrete cases in Brazil, where the reclamation of collective spaces offering free care is observed. Finally, it is concluded that such experiences create folds, tensions, and differences in the very way of practicing psychoanalysis, bringing this clinical thought closer to a practice strongly supported by the social dimension of the subject.

Keywords: *psychoanalysis, public clinic, subject, unconscious, social.*

Resumen

El psicoanálisis es un campo de conocimiento que se ha establecido de forma dinámica en el medio académico brasileño, impartiéndose en múltiples universidades. Sin embargo, la metodología enseñada dentro de estos espacios institucionales a menudo ignora la perspectiva social inherente a la propia formulación teórica de esta concepción psicológica. Esta investigación se propone rescatar un psicoanálisis que tiene como centralidad la dimensión social del sujeto, tomando como base las experiencias de las clínicas públicas. Para ello, se analiza históricamente el surgimiento de las clínicas públicas de psicoanálisis y se revisita el concepto de sujeto inconsciente, demostrando cómo este ya incorpora, en su formulación teórica, una dimensión social que trasciende las concepciones puramente psíquicas del individuo. El método de esta investigación es el análisis bibliográfico narrativo, que recurre a diferentes fuentes de producción científica para sustentar la problematización propuesta en esta investigación. Paralelamente al rescate de experiencias históricas puntuales, se buscó identificar las ramificaciones sociales del psicoanálise hasta el contexto actual de América Latina. Esta dimensión es luego examinada a través de casos concretos en Brasil en los que se observa la recuperación de espacios colectivos que ofrecen cuidado gratuito. Finalmente, se concluye que tales experiencias formulan pliegues, tensionamientos y diferencias en el propio modo de hacer psicoanálisis, acercando este pensamiento clínico a una práctica sustentada firmemente en la dimensión social del sujeto.

Palabras clave: *psicoanálisis, clínica pública, sujeto, inconsciente, social.*

Résumé

La psychanalyse est un champ de savoir qui s'est établi dynamiquement dans le milieu universitaire brésilien et est enseignée dans de multiples universités. Cependant, la méthodologie dispensée dans ces espaces institutionnels ignore parfois la perspective sociale inhérente à la formulation théorique même de cette conception psychologique. Cette recherche propose de restaurer une psychanalyse qui place au centre la dimension sociale du sujet, en s'appuyant sur l'expérience des cliniques publiques. Pour ce faire, on analyse historiquement l'émergence des cliniques publiques de psychanalyse et on revisite le concept de sujet inconscient, en démontrant comment celui-ci intègre déjà, dans sa formulation théorique, une dimension sociale qui dépasse les conceptions purement psychiques de l'individu. La méthode de cette recherche est l'analyse bibliographique narrative, qui recourt à différentes sources de production scientifique afin d'étayer la problématique proposée dans cette investigation. Parallèlement à la redécouverte d'expériences historiques ponctuelles, on a cherché à identifier les ramifications sociales de la psychanalyse jusqu'au contexte actuel de l'Amérique latine. Cette dimension est ensuite examinée à travers des cas concrets au Brésil, où l'on observe la réappropriation d'espaces collectifs offrant des soins gratuits. Enfin, on conclut que de telles expériences créent des replis, des tensions et des différences dans la manière même de pratiquer la psychanalyse, rapprochant cette pensée clinique d'une pratique fortement ancrée dans la dimension sociale du sujet.

Mots-clés: *psychanalyse, clinique publique, sujet, inconscient, social.*

Introdução

A construção da psicanálise é cercada de multidisciplinaridade e de intersecções de saberes, além disso, apresenta uma dimensão social, conforme Freud, introdutor da teoria psicanalítica. Esse interesse pelo social é postulado, principalmente, na obra *Caminhos da Terapia Psicanalítica* (Freud, 1919/2019), na qual se discute a importância de pensar a psicanálise

para além das amarras do consultório médico, entretanto, essa dimensão social tende a ser pouco discutida nas Instituições de Ensino Superior (IES) e nas Escolas de Psicanálise. Questiona-se, inclusive, a prevalência hegemônica das práticas de clínicas privadas. Embora tenham contato com a prática social nas clínicas-escola durante a graduação, os egressos dessas instituições recebem maior estímulo para atuar em consultórios particulares, o que faz surgir o questionamento: quais "dobras, tensionamentos e diferenças" as clínicas públicas introduzem no modo de fazer psicanálise, especialmente no que diz respeito à relação entre o sujeito e suas determinações sociais?

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é resgatar uma psicanálise que foca na dimensão social do sujeito, tomando por base as experiências das clínicas públicas. Para isso, é necessário o aprofundamento teórico no surgimento das clínicas públicas de psicanálise, conhecidas como Policlínicas de Psicanálise, bem como a revisitação das linhas teóricas e questões históricas, as quais influenciam o fazer psicanalítico ao longo do tempo, tanto na Europa quanto no Brasil. Nesse contexto, é imprescindível voltar-se às discussões da prática clínica e da concepção de sujeito por meio de autores que tratam dessas dimensões, como Vladimir Safatle, Christian Ingo Lenz Dunker, Maria Rita Kehl, entre outros.

Ademais, torna-se necessário retomar as concepções social e política dessa teorização para além da perspectiva histórica, de modo a trazer experiências públicas atuais que operam nos diferentes territórios, sob a ótica de garantia de direitos à saúde mental da população em situação de vulnerabilidade social. Atentar-se à realidade social é, dessa forma, fundamental ao trabalho do psicólogo e do psicanalista, por conseguinte, torna-se essencial a discussão dessas possibilidades clínicas na teoria psicanalítica. A finalidade é gerar processos coletivos de saúde mental que foquem na emancipação dos sujeitos e na compreensão social dessa teoria, que implica o reconhecimento de que a psicanálise tem, em seu cerne, as concepções democrática e afetiva.

A presente pesquisa utiliza o método da análise bibliográfica narrativa, a qual apresenta uma temática aberta e que não parte, necessariamente, de questões específicas inicialmente bem definidas. Dessa forma, a busca pelas fontes não é pré-determinada e específica, pois permite ao autor escolher as fontes de informação que utilizará, atribuindo a este tipo de pesquisa um caráter subjetivo (Cordeiro et al., 2007).

O Social na Psicanálise

Experiências Públicas de Psicanálise: Retomando Experiências Históricas

O retorno à história da psicanálise é necessário para a compreensão do contexto atual. Para Dunker (2022), a psicanálise é uma ética e também um discurso, ou seja, existem diferentes formas de fazer psicanálise, ao se verificar uma pluralidade de formas sociais e diferentes adequações. Porém, quando se pensa no propósito metapsicológico dessa teoria, questiona-se para que e a quem servem as formas hegemônicas trabalhadas nos consultórios privados.

Freud (1919/2019) transcreve, no livro *Caminhos da Terapia Psicanalítica*, a perspectiva de uma nova atividade do analista: a de expandir a psicanálise para além dos consultórios médicos privados. O texto discorre também acerca da indispensabilidade da ampliação dos horizontes dessa prática, para que se consiga chegar até as camadas populares da sociedade. Freud pensou nas clínicas como meios de atendimento gratuito, que pudessem encontrar no Estado a possibilidade de consolidar a saúde mental como um bem de saúde coletivo. O autor leciona que:

> Pode-se prever que em algum momento a consciência da sociedade despertará, advertindo-a de que o pobre tem direito ao auxílio psíquico quanto hoje em dia já tem cirurgias vitais. E que as neuroses não afetam menos a saúde do povo do que a tuberculose, e assim como está não podem ser deixados ao impotente cuidado do indivíduo (Freud, 1919/2019, p. 217).

Danto (2005/2019) destaca, em seu livro *As Clínicas Públicas de Freud de 1918-1938*, que as clínicas nasceram a partir da influência de Freud entre os estagiários e novos estudantes de psicanálise, uma segunda geração de psicanalistas que buscava tornar a psicanálise acessível para a classe trabalhadora. Essas experiências de finalidade pública foram construídas no período entre as grandes guerras na Europa. Conforme a autora, cada uma das clínicas tem especificidades, tanto regionais quanto políticas.

Lima (2019) sustenta que foram construídas 12 policlínicas na Europa. A primeira, segundo o autor, foi criada em 1920, em Berlim, graças, principalmente, a Max Eitington e Ernst Simmel. Posteriormente, em 1922, Eduard Hitschmann criou o Ambulatório de Viena. Mais tarde, em 1926, a próxima policlínica foi a de Londres, sob a direção de Ernest Jones. Ainda, no mesmo ano, em 1926, Ernst Simmel, co-fundador da Policlínica de Berlim, fundou um centro em Schloss Tegel.

Em 1929, de acordo com Lima (2019), Sandor Ferenczi fundou a Policlínica de Budapeste, projeto que só foi executado e desenvolvido a partir de 1931, após integração à Sociedade Psicanalítica Húngara. Até mesmo Wilhelm Reich instituiu uma policlínica, conhecida como Sex-Pol nos anos 20. As clínicas de Trieste, na Itália, sob a direção de Edoardo Weiss, contêm pouca documentação acerca da experiência (Lima, 2019). Além dessas, a de Zaghreb foi fundada em 1928, capitaneada

por Paul Schilder. E, por fim, a de Frankfurt, conduzida por Karl Landauer, Erich Fromm e outros, foi a última, sendo fundada em 1929, durando somente dois anos.

Além disso, Lima (2019) ressalta que, entre 1921 e 1925, foi criada A Casa das Crianças, em Moscou, conduzida por Vera Schmidt, e onde também trabalharia Sabina Spielrein. Segundo algumas fontes, Spielrein foi a responsável pela criação da teoria da pulsão de morte incorporada à psicanálise freudiana. Houve, ainda, o surgimento de duas policlínicas, as quais dispõem de pouca documentação, a saber: a de Paris e a de Nova York.

No âmbito das clínicas públicas, Lima (2019) evidencia o sucesso da policlínica de Berlim, a qual criou um importante dispositivo para a psicanálise: o método de supervisão e de análise dos analistas. Esse modelo de articulação em rede visava criar uma sociedade integrada de psicanalistas pelo mundo. Quanto ao financiamento, ocorreu de diferentes maneiras – algumas por analistas, outras por filantropos e membros influentes da sociedade. No entanto, o objetivo dessas clínicas era a estatização, mediante o subsídio do Estado. Na Policlínica de Berlim, por exemplo, a disposição política tinha laços fortes com o Marxismo e com o ativismo social, no entanto, essas tentativas fracassaram na época.

Com a ascensão do Nazismo na década de 1930, houve uma *pulverização da psicanálise*. De acordo com Lima (2019), isso ocorreu a partir das perseguições, da violência e destruição da teoria, tornando Londres um centro decisivo para o futuro da psicanálise. A capital inglesa passou a abrigar o que alguns analistas como Otto Fenichel, Annie Reich e Edith Jacobson chamavam de vertente hegemônica ipeísta ou pós- freudismo, termos pejorativamente vinculados à Sociedade Internacional de Psicanálise, também conhecida como a grande Escola Inglesa de Psicanálise.

Nesse cenário, Danto (2005/2019) contextualiza os rumos das policlínicas públicas após o nazismo na Europa. Segundo ela, ocorreu a arianização dessas clínicas, com destaque para a clínica de Berlim. Foi a partir dos esforços de Felix Boehm e Muller Braunschweig, quanto à policlínica não fechar suas portas, que se iniciou a integração inicial da nazificação da psicanálise na Alemanha. Esse fenômeno se concretizou em 1933, com a criação da sociedade médica alemã de psicoterapia, presidida por Matthias Goring e Carl Jung. Nesse momento, a psicanálise passou a ser utilizada de forma segregadora e discriminatória.

Conforme Danto (2005/2019), houve uma apropriação e uma posterior remodelação dos conceitos freudianos para alinhá-los a uma nova ideologia. Essa visão de mundo buscava distinguir e fortalecer a família ariana, ao mesmo tempo, reprimia o restante da sociedade por não atender aos critérios eugênicos vigentes na Alemanha. Goring, em conjunto com Jung, criaram uma nova psicoterapia: a *Psicoterapia Alemã* (Danto, 2005/2019, p. 332). Segundo ela, as doenças mentais eram baseadas em pressupostos raciais, assim como o seu oposto, a saúde, só era possível por meio da higiene racial. Danto (2005/2019, p. 385) elucida: "a nova psicoterapia Alemã substituiria o tratamento orientado para o *insight* por uma psicologia de resiliência pragmática e aptidão cívica". Esse é um exemplo do impacto que a política exerce sobre as formas de conhecimento, utilizadas como fundamento teórico para fortalecer uma política de higiene racial.

Enquanto isso, muitos dos exilados políticos nos Estados Unidos da América (USA), como Otto Fenichel, lutavam para reconstruir as clínicas com finalidade pública na América. Otto defendeu, até sua morte, uma psicanálise com viés social, aliada à teoria dialética-materialista de Marx, fazendo críticas severas à hegemonia de Londres e à psicopatologização da psicanálise (Lima, 2019). Danto (2005/2019) enfatiza que, junto aos colegas e amigos que foram exilados após o nazifascismo, Otto Fenichel tentou, incansavelmente, ampliar os saberes da psicanálise freudiana: "Ele escreveu nesse período 119 cartas entre 1934 a 1945, com mais de 3000 mil páginas trocadas entre companheiros exilados" (Danto, 2005/2019, p. 337).

Muitos psicanalistas fugiram de Berlim após a ascensão de Hitler ao poder, no entanto, a Sociedade Internacional de Psicanálise (IPA) continuava tentando manter a teoria psicanalítica dentro da Alemanha (Danto, 2005/2019). Os membros mais importantes da IPA, nesse momento, eram Ernest Jones, Anna Freud e Wilhelm Reich. Conforme os autores, Reich se opôs publicamente à situação de Berlim, sendo expulso da Sociedade Internacional de Psicanálise e adentrando no grupo dissidente de Otto Fenichel (Danto, 2005/2019).

Ainda, Anna Freud apresentava duras críticas a Reich pela aproximação da teoria psicanalítica com o movimento comunista. Anna e Ernest Jones optaram por manter vínculos com as vertentes psicanalíticas de Berlim como forma de adaptação, o que foi necessário, segundo eles, para manter a psicanálise ativa em toda a Europa (Danto, 2005/2019).

Outro momento conturbado e com poucas referências históricas da psicanálise diz respeito à inserção na União Soviética. Segundo Macari e Weinmann (2021), na Rússia, a psicanálise esteve envolta de questões paradoxais. Os autores trabalharam com os escritos do autor Wilhelm Reich, um dos primeiros e principais teóricos que articulou a psicanálise com a teoria marxista. Pode-se afirmar que a psicanálise começou a ser difundida na Rússia em 1909, por meio de Osipov, a partir de seus escritos relacionando psicanálise e literatura. Outra psicanalista importante na difusão russa foi Tatiana Rosenthal, a qual foi membro da sociedade psicanalítica de Viena e diretora do *Centro para Crianças Psiquicamente Debilitadas*.

Sob o regime de Lênin, de 1917 a 1924, a psicanálise atrelada à educação esteve bastante presente. Alguns psicanalistas, a exemplo de Luria, trabalharam com Nadezhda Krupskaia, pedagoga e dirigente bolchevique que criou o novo sistema educativo soviético na época. Foi nessa época que Vera Schmidt e Otto Schmidt fundaram o *Lar Experimental de Crianças*, primeira policlínica sustentada com financiamento público (Macari & Weinmann, 2021). No entanto, segundo esses autores,

a psicanálise na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tinha oposições no partido bolchevique, além de nunca ser reconhecida, de fato, pela Associação Psicanalítica Internacional (IPA).

Na Rússia, o fim da psicanálise teve uma série de fatores envolvidos, destacando-se a morte de Lenin em 1924 e a guinada de uma teoria psicológica fisiológica de Pavlov (Macari & Weinmann, 2021). Houve, assim, uma repressão por parte dos bolcheviques, que viam a psicanálise como uma teoria individualista e pouco científica. Mesmo assim, muitos analistas continuaram praticando psicanálise clandestinamente. A teoria psicanalítica na Rússia, segundo os autores, só voltou a ser difundida novamente após a década de 60.

As experiências psicanalíticas com vertentes tanto advindas de Londres quanto de Berlim são as que permaneceram e se espalharam a partir do que se pode chamar de legado da dinâmica dos analisados e seus supervisores. Dessa forma, conforme Lima (2019), é possível traçar um caminho a respeito da disseminação das diferentes concepções psicanalíticas na América do Sul. Em adição, para Lima (2019), entre os psicanalistas que vieram a Argentina, estão Heinrich Hacker, Angel Garma e Marie Langer. Hacker foi analisado por Jeanne Lampl-de Groot e formado pela Policlínica de Berlim entre 1925 e 1933. Garma teria se analisado com Theodor Reik, também em Berlim. Por último, Marie Langer se analisou com Richard Sterba, um dos mais importantes quadros do ambulatório de Viena.

Ademais, de acordo com Lima (2019), entre os migrados para o Brasil, podem ser citados: Adelheid Koch, que se analisou com Otto Fenichel; Werner Kemper, analisando de Carl Muller-Braunscweig, supervisionado por Fenichel e Ernst Simmel e, mais tarde, por Felix Boehm. Ressalte-se que Boehm foi um dos principais responsáveis pela arianização da Clínica de Berlim.

Ao que tudo indica, segundo Danto (2005/2019), a "psicanálise neutra" configurou-se no pós-Segunda Guerra Mundial por pressões do capital, baseada num discurso apolítico incentivado pela própria IPA, como estratégia de manter a teoria freudiana viva. Salienta-se que a psicanálise enfrentou resistência também na União Soviética, a qual estava sob um regime comunista. No sistema capitalista, por sua vez, sua proliferação só foi possível mediante a adequação aos moldes neoliberais.

É importante ressaltar que a historicidade elucida em grande medida a concepção clínica dominante no Brasil. Trata-se de uma compreensão fundada na privatização da saúde mental, implicando a necessidade de resgatar, como contraponto a esse modelo hegemônico, experiências que remontam ao conceito público e coletivo da teoria psicanalítica.

Brasil Entre Muros: Influências Políticas na Psicanálise

A psicanálise chega ao Brasil por meio de diferentes linhas teóricas. Como visto, compreende-se que essa evolução histórica implica um jogo de poderes entre teóricos que dominam o ofício psicanalítico. Dessa forma, é preciso retomar o contexto histórico-cultural brasileiro de desenvolvimento da psicanálise, que permanece até os dias atuais.

Marino e Castro Neto (2019), existe uma psicanálise que chega no Brasil em meados de 1920 por meio dos movimentos sociais atrelados ao modernismo como crítica à cultura, em um contexto de industrialização, urbanização e crescimento das classes médias brasileiras. Dunker (2015) ressalta o paradoxo da psicanálise modernista no Brasil: embora se constituísse como prática crítica, era, majoritariamente, defendida por herdeiros ou partidários das políticas de branqueamento, o que demonstra os movimentos paradoxais que caracterizam a história da psicanálise brasileira. Nesse contexto, o autor salienta que, entre os precursores da psicanálise no país, existiram médicos que trabalharam na construção do sistema psiquiátrico asilar, entre eles, Nina Rodrigues e Franco da Rocha.

Dunker (2015) evidencia a construção da modernização urbana brasileira, marcada pela política eugenista da época. Essa política traz a individualização sociológica das vertentes da psicanálise, que virão a se instalar por meio dos administradores dos manicômios. Dessa forma, é uma teoria que incorpora o discurso médico psiquiátrico focado no caráter patologizante das doenças mentais, tendo, em seu cerne, o caráter individualista.

Dunker (2015) enfatiza que foi só na década de 50 que os movimentos psicanalíticos passaram a ser psicanálise de fato. Isso ocorreu em razão dos movimentos contraditórios sociais que essa teoria vivia e, por vezes, em virtude da recusa do reconhecimento das diferentes correntes teóricas.

Ademais, a psicanálise chega ao Brasil por meio de Adelheid Koch, com formação no Instituto Psicanalítico de Berlim. Na sequência, a segunda linha psicanalítica foi fecundada no país por Frank Phillips, aristocrata australiano, com viés internacionalista, que impôs uma técnica analítica cunhada em preços altos e rígida periodicidade (Dunker, 2015).

Em contraste a esse contexto, em meados de 1930, a primeira psicanalista não médica brasileira foi Virgínia Bicudo. Era uma mulher negra, socióloga, professora e ativista da saúde mental, a qual se analisou com Adelheid Kock.

Dunker (2015, p. 371) destaca que o percurso da socióloga incorpora uma síntese das correntes formativas da psicanálise no Brasil: "[...] a psiquiatria disciplinar, a antropologia modernista e o institucionalismo desenvolvimentista". Trata-se de alguém em busca do reconhecimento de diferentes corpos e falas, em uma sociedade na qual a psicanálise se delineia como alternativa de ascensão social para famílias aristocráticas. Ela, juntamente a Durval Marcondes, médico psiquiatra e psicanalista, fundaram a primeira sociedade psicanalítica brasileira.

É nessa conjuntura social que ocorre o golpe militar de 1964, que estabeleceu a ditadura militar brasileira e retrocedeu na popularização das universidades. Esse acontecimento contribuiu para o desenvolvimento da teoria psicanalítica que incorpora o discurso patologizante, no sentido de colaborar para a manutenção da ordem. Segundo Dunker (2015), a teoria psicanalítica passa a explicar a origem da desordem e a praticar a reorganização necessária para a retomada da ordem. Nesse momento, a psicanálise começa a ser lida como capaz de aplicar rituais de autopurificação, necessários para se apresentar, ela mesma, como ordenada, ou seja, é a partir desses movimentos que a psicanálise busca uma hegemonia teórica, de modo a retomar suas raízes e a se desassociar de outras linhas, como a psicologia, as psicoterapias, a psiquiatria, a política, a literatura etc. Esse processo desencadeia uma espécie de fetichismo da genealogia, o que soa contraditório, visto que, para guardar a ordem, precisou se apoiar em práticas com legitimidade e força social, como as instituições dominantes e a elite econômica e cultural do país, inclusive integrando os núcleos pedagógicos das faculdades de psicologia.

Diante disso, surge um novo profissional que aspirava as concepções de liberdade e livre mercado, cunhado numa idealização do estilo de vida europeu: o intelectual de classe média. Foi uma experiência dominada por uma prática fora de lugar, na qual as raízes dos mal-estares eram silenciadas por práticas que tratavam das dificuldades individuais e familiares em consultórios particulares (Dunker, 2015).

Rodrigues (2013) lembra que, no Brasil, os cursos de psicologia iniciaram junto à ditadura militar. Ela destaca que, por volta de 1970, chegaram, no país, psicanalistas argentinos membros da Associação Psicanalítica Argentina (APA), filiada à IPA, que, por sua vez, eram exilados também em razão do governo ditatorial de seu país. Pouco após virem ao Brasil, os analistas fundaram a Plataforma Argentina, renunciando à APA, devido aos conflitos causados pelas cisões políticas. Os analistas argumentavam que a APA tinha um caráter burguês na forma de fazer clínica, fazendo com que esses analistas saíssem dela.

Evidencia-se que existia, no Brasil, uma prática psicanalítica que se aliava com as disciplinas sociais implementadas pela ditadura, momento em que houve uma eclosão nos diagnósticos de massa que associavam o fracasso escolar, a desordem cerebral mínima e a desordem familiar. Contrariamente, havia uma aproximação de analistas com grupos sociais de militância, a exemplo dos psicanalistas argentinos. Eles vieram para o país associados ao movimento da reforma antipsiquiatria institucional, inclusive com o apoio dos núcleos estaduais de saúde mental, sindicatos de trabalhadores de saúde mental e movimentos da categoria, em contrapartida à política expansionista manicomial que vinha se desenvolvendo com a ditadura (Rodrigues, 2013).

Em 1977, Rodrigues (2013) disserta que Gregório Baremblitt, com mais alguns psicanalistas, chegam ao Rio de Janeiro. Eles fundam, primeiramente, o Núcleo de Estudos e Formação Freudiana (NEFF) e, pouco depois, o Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI). Esse processo ocorreu em um momento conturbado, cheio de movimentos sociais e críticas ao próprio campo da psicanálise. Nesse cenário, Baremblitt defendia um fazer interdisciplinar, científico e assistencial ao povo. Após alguns anos, desencadearam-se conflitos entre os psicanalistas da IBRAPSI e psicanalistas brasileiros ligados à Associação Brasileira de Psicanálise (ABP), principalmente em razão da clínica assistencial, com baixos custos e valores.

Após algumas rixas entre as escolas, a partir de 1981, a IBRAPSI começou a publicar alguns textos e a direcionar seus estudos para a área do campo da Sociologia Institucional. Porém, em 1983, Rodrigues (2013) evoca que o referido instituto fragmentou-se, sendo convertido em cooperativa. Os analistas que saíram do instituto fundaram, então, o Núcleo de Psicanálise e Análise Institucional.

Quanto aos movimentos contrários do país, Dunker (2015) salienta que, na mesma época que ocorria um movimento de reforma e quebra dos muros de hospitais psiquiátricos, eram arquitetados grandes modelos de condomínios. Em 1973, inicia-se, em São Paulo, a construção do condomínio de luxo denominado Alphaville, um exemplo da lógica que separa a população; a classe média prende a ela própria, tentando se distanciar do mundo real, das favelas e dos trabalhadores das classes mais baixas. Dessa forma, a lógica higienista do século XIX permanece travestida de um estilo de vida para a autorrealização utópica. Portanto, nesse tipo de arquitetura, há uma idealização do espaço privado apartado do público (Dunker, 2015).

Dunker (2022) afirma existir um elemento muito importante para a clínica psicanalítica: a universalidade, isto é, a experiência política do universal, importada para a prática do analista. Sendo assim, compreende-se que o campo universal perpassa os espaços públicos e privados: "Isso explica a garrafa brasileira de Klein: nem tudo que pertence ao espaço público pertence ao Estado, assim como nem tudo que pertence ao interesse das famílias pertence ao espaço privado" (Dunker, 2022, p.157).

As manifestações psicanalíticas passaram por grandes mudanças ao longo do tempo. Assim como tudo que diz respeito à sociedade humana, o fazer psicanalítico também se molda com o sistema e a política. Dunker (2022), em seu livro *Lacan e a Democracia*, ressalta que, atualmente, o Brasil caminhou para a ascensão de uma teologia da prosperidade, a qual tenta dissolver toda a análise histórica materialista da realidade, por meio da culpabilização individual de cada cidadão pelo seu eventual fracasso e sofrimento. No mesmo caminho está a alta valorização de um empreendedorismo complacente

com a miséria, com a exploração e com a retirada de direitos. Esse ápice capitalista também é herdeiro da lógica de segregação em que se baseiam os condomínios. Desde as raízes, algumas ramificações da psicanálise no país parecem ter sido sustentadas por sistemas ideológicos que dizem respeito à segregação, tornando ainda mais necessário o resgate dos contrapontos desse pensamento.

Concepção Social Metapsicológica

A dimensão social na metapsicologia psicanalítica é algo que vem sendo teorizado desde os primórdios de sua criação. Posto isso, é preciso discutir a metapsicologia psicanalítica, questionando-se como o social intervém na constituição do sujeito.

Para adentrar a discussão, recorre-se a alguns mecanismos constituintes do sujeito, como a introjeção. Ferenczi cunhou esse conceito em 1909 e o articulou com as relações objetais. Assim, dissertou sobre como os sujeitos se relacionam com os objetos à sua volta desde os primórdios, além disso, essa concepção serviu como mecanismo de defesa do Eu para conter os afetos livres (Casadore, 2012).

Casadore (2012) destaca que Freud utilizou o conceito de introjeção pela primeira vez em *Pulsão e Destino da Pulsão*, obra de 1915. No livro, ele trata da relação objetal e das fontes de prazer como forma de desenvolvimento do Eu para além do autoerótico. Conforme Freud (1915), citado por Casadore (2012, p. 40):

> Na medida em que os objetos externos oferecidos sejam fontes de prazer, eles são recolhidos pelo Eu, que os introjeta em si (de acordo com a expressão de Ferenczi [1909]), e, inversamente, tudo aquilo que em seu próprio interior seja motivo de desprazer, o Eu expele de si.

Nessa perspectiva, busca-se compreender essa construção subjetiva para desmistificar a subjetivação enquanto experiência individualizante. Guimarães e Jardim (2019) revelam que a dimensão social do sujeito precisa ser olhada de forma mais intrínseca pelo psicanalista, pois o sujeito analisado está ocupando um espaço ou sendo suprimido por este. Isso implica compreender sua posição de classe, adentrar sua posição subjetiva e também perceber o sofrimento real: "[...] Isto é, psicanalisar também é fornecer condições de possibilidade de formulação da história das repetições, dos equívocos, da dimensão sacrificada e recalcada das narrativas de vida compartilhadas comumente" (Guimarães e Martins, 2022, p. 319).

Segundo Chaves (2002), o conceito de sujeito, para Lacan, é entendido como uma estrutura ativa que conversa e se produz em conjunto com o social, por meio das interações inconscientes dos indivíduos, principalmente no que diz respeito à linguagem. O autor postula que o ser humano é social por necessidade. Dessa forma, conforme Chaves (2002): "[…] o sujeito é capturado pela imago da mãe, em seguida pela presença do intruso irmão e finalmente, por sua própria imagem refletida no espelho, que o alienará para sempre nesse outro que é ele mesmo" (p. 69).

Lacan (1969–1970/1992) afirma que o inconsciente é permeado e constituído pelo discurso do Outro, visto que o sujeito se constitui por meio do acesso à linguagem. Esse registro simbólico é nomeado como significante. Esse Outro da linguagem é escrito com *O* maiúsculo, pois o grande Outro (*Autre*) é símbolo da alteridade e da lei. Isso significa que a concepção de um indivíduo dotado de liberdade e de emancipação não é possível conscientemente, como se conhece, visto que em nós "existe um Outro". Esse Outro se trata da relação com a autoridade, da circulação do desejo, dos sofrimentos produzidos pelos limites da linguagem, da demanda por reconhecimento e das contradições institucionais do social (Safatle, 2020). Esse Outro é, portanto, o inconsciente que intervém por intermédio dos sonhos, sintomas, chistes e atos falhos.

Safatle (2020), em seu livro *Maneiras de Transformar Mundos: Lacan, Política e Emancipação*, enfatiza o conceito de "reconhecimento", que, segundo o autor, é importante na compreensão do sofrimento psíquico que permeia o sujeito, alinhando-o a uma lógica social. "Ou seja, para Lacan, a especificidade do sofrimento psíquico vem do fato de ele mobilizar sintomas, inibições, angústias e reações corporais para expressar impossibilidades sociais de reconhecimento" (Safatle, 2020, p. 20). Destaca-se que o reconhecimento aqui tratado não é um reconhecimento que produz identidade, mas é baseado no desejo.

Safatle (2020, p. 15) discorre que Lacan aplica alguns conceitos marxistas à sua teoria, tentando compreender a subjetividade por meio da "reconstrução histórico material do desejo e de seus conflitos". Desse modo, para o entendimento da subjetivação do sujeito, é preciso haver a compreensão das dinâmicas de socialização do sujeito e de sua história. Safatle (2020) dimensiona também o caráter negativo que compõe a história material do desejo existente na obra de Lacan; o sofrimento daquilo que nos escapa, o desejo que não sabemos lidar, o não nomeado. O autor ressalta que a clínica precisa compreender a despersonalização, a invisibilidade e a desintegração, como expressão de sofrimentos e figuras sociais de recusa, bem como pensar políticas sociais de reconhecimento das diferentes formas de existência.

Outras questões importantes na clínica lacaniana, segundo Safatle (2020), são o olhar de Lacan sobre o Eu como gênese dos conflitos e reduções narcísicas do Outro ou, ainda, a identificação com representações de poder, que levam o indivíduo a compensar de modo onipotente sua representação narcísica. A instância da individualidade, através do Eu, é, portanto,

alienante do sujeito. Nesse caso, Lacan diverge de outras teorias psicológicas que visavam reforçar o Eu (ego), pois, para o autor, o verdadeiro ato analítico tem como pretensão decompor o Eu, fortalecendo, dessa forma, a emancipação do sujeito.

Lacan (1980), citado por Safatle (2020), adiciona o espaço vazio aos mecanismos capazes de resgatar o inconsciente. Conforme o autor, o espaço vazio é onde não há nem identificação narcísica nem paterna, mas, sim, algo que retoma uma experiência de decomposição da ordem patriarcal e da figura de autoridade. Para além do espaço vazio, Safatle (2020) evidencia que se deve compreender a presença de forças sociais que nos atravessam, assim como entender que a força do poder, da liberdade e da autogestão do Eu nada mais é do que uma ilusão reguladora dos corpos políticos.

Ao citar a composição clínica dos dispositivos psicanalíticos de emancipação, Safatle (2020) discorre que a transferência é um dos cernes da destituição do poder, visto que possibilita a compreensão dos mecanismos de sujeição aos quais estamos presos. Retoma-se, aqui, a concepção freudiana de transferência, que, desde seu surgimento, demonstra ser um mecanismo que acarreta a emancipação do sujeito. Conforme Freud (1912/1996), esse mecanismo faz com que sejam dirigidos à figura do analista impulsos emocionais afetuosos e/ou hostis que remontam a conflitos inconscientes que se repetem nas relações. Desse modo, é possível colocar o sujeito a par de seus conflitos, para que ele possa vê-los à luz da consciência. Para Safatle (2020), o conceito de transferência é retomado por Lacan (1969–1970/1992) por meio do "ato analítico", a partir do qual são privilegiados atos performativos capazes de romper com a estrutura pré-estabelecida e fortalecer a criação de estruturas novas, possibilitando transformações subjetivas. Safatle (2020, p. 30) postula que "[...] é preciso questionar a si próprio e sair das redes de determinação social como uma forma de decompor esses lugares".

Para compreender a dinâmica entre o sujeito e o social também é necessário retornar a algumas questões marxistas presentes na obra de Lacan (1969–1970/1992), as quais se correlacionam com a demanda de compreensão do sujeito como ser social. Para Cardoso e Darriba (2016), a obra de Marx é uma constante referência da teorização lacaniana. Os autores citam que: "Lacan percebe a profunda analogia entre a lógica da articulação dos conceitos de sujeito, Outro e gozo e aquela manifestada pelo enigma metafísico da forma-mercadoria no interior do mercado" (Cardoso & Darriba, 2016, p. 189).

Safatle (2020) também traça um paralelo entre o sofrimento alienante que o capitalismo provoca, conceito de Marx, e a forma alienante no destino do desejo no meio social, abordagem de Lacan. Para os autores, o capitalismo seria um maximizador do prazer, impedindo o gozo. Lacan, de acordo com Safatle (2020, p. 28), "[…] cria uma teoria da economia libidinal do capitalismo, na qual os processos de socialização não serão mais pensados sob a forma de repressão, mas da incitação contábil, da eliminação da força disruptiva do gozo através de sua própria colonização".

Dessa forma, compreende-se que as dimensões social e política se instauram no sujeito desde o seu surgimento. Nesse sentido, é impossível dissociar o Eu do inconsciente ou o oposto, o inconsciente do Eu, pois essas dimensões são constituintes e predominantes nas relações dos sujeitos.

As Clínicas Públicas no Brasil e o Dispositivo da Escuta Analítica

Para Dunker (2022), existem muitos processos de individualização do sujeito que passam por dimensões espaciais. Nesse contexto, o espaço privado se torna segregador: para os mais ricos, significa a possessão de bens e instâncias de poder; para as pessoas em situação de vulnerabilidade, resulta na discriminação e no desamparo. Segundo Kehl (2018), as dimensões do espaço público e do espaço privado não têm a mesma concepção para o povo pobre: "[...] O público invade o privado não pelo excesso, mas pela falta" (p.88).

Dunker (2022) retoma o formato metapsicológico do espaço público a partir da analogia da garrafa de Klein, uma estrutura que permeia a comunicação entre interior e exterior. A metáfora revela, então, um sujeito permeado tanto pelo espaço público quanto pelo desejo. Dunker (2022) salienta três questões de Lacan para a psicanálise nos ambientes das metrópoles:

> […] no imaginário, as identificações e seus efeitos de alienação em massa; no simbólico, o mito do Édipo, com seus efeitos na relação entre a subjetivação da lei em autoridade e violência; e no real, a segregação, com seus paradigmas de invisibilidade, humilhação e morte (p. 144).

Ainda, conforme Dunker (2022), não existe o público sem a esfera política. A inserção da psicanálise nesses espaços ocorre, principalmente, no âmbito da livre associação e da construção de um espaço que convoca o inconsciente por meio da palavra. Desse modo, é preciso investir no dispositivo de escuta. Turriani (2019) assevera que a escuta acontece na manifestação do inconsciente por meio da linguagem; a partir da fala, o sujeito traz seus sintomas e seus sofrimentos, lançando luz àquilo que é o retorno ao recalcado. Além disso, Passoni e Tosta (2021) consideram que o espaço de escuta precisa ser um espaço potencial de transformações e ricas elaborações.

Um espaço de confiança torna-se fundamental para a escuta clínica. Assim, é por meio da narrativa que o sofrimento é possível de ser simbolizado. Isso pode ocorrer também mediante a identificação, na qual acontece o reconhecimento do sofrimento do Outro (Passoni & Tosta, 2021).

Pinto (2019) ressalta que existe um caráter de desobediência na narrativa da própria história, que faz com que o sujeito resgate, além de sua vivência individual, a dimensão social que o oprime.

Com base nessa perspectiva de uma clínica social e pública, que escuta sujeitos silenciados ao longo da vida em virtude da desigualdade social, o artigo apresenta experiências que consideram uma psicanálise que compreende o sujeito em sua completude, por meio da escuta livre. Trata-se da verdadeira experiência psicanalítica no que diz respeito à esfera pública. Enfatiza-se que as clínicas públicas no Brasil são bastante diversificadas e, de certa forma, possuem dimensões bem amplas quanto à sua atuação.

É importante enfatizar o *setting* como um lugar definido não pela estrutura arquitetônica, mas com vistas ao trabalho terapêutico. Isso significa que esse trabalho se constrói de maneiras diferentes, de acordo com cada contexto e com a necessidade de quem demanda a psicoterapia. Em algumas das experiências de clínicas públicas, o que se sobressai é um trabalho conjunto e sem paredes.

O Coletivo de Psicanálise na Praça Roosevelt foi, segundo Marino e Castro Neto (2019), criado em 2017. Trata-se de um coletivo composto por 17 analistas, que oferecem atendimentos gratuitos aos sábados, das 11h às 15h, na movimentada Praça Roosevelt, na cidade de São Paulo. Esse coletivo consegue atender a um fluxo de 20 atendimentos por sábado. Conforme os autores, a pretensão não gira em torno da tentativa de suplantar as políticas públicas sucateadas de saúde mental, mas tem como premissa a "resistência aos pseudodomínios tecnocráticos, neoliberais e fascistas" (Marino & Castro Neto, 2019, p. 356).

A praça é localizada na região central de São Paulo. O local, de acordo com Marino e Castro Neto (2019), acolhe um vasto número de pessoas em situação de rua, além de artistas de rua e de movimentos sociais. Há duas unidades de policiamento da Polícia Civil, que indicam a tensão e os conflitos do local, e existem também bares, restaurantes e uma igreja nos entornos da praça.

O coletivo também conta com parcerias por meio da presença quinzenal de grupos de estudo que buscam a aproximação dos profissionais das políticas públicas das áreas da Saúde, da Educação e da Assistência Social (Marino e Castro Neto, 2019). A atuação desse coletivo é fundamentada tanto no fenômeno clínico da transferência, sob a ótica freudiana-lacaniana, quanto na formação orientada para todos os analistas. Nessa experiência aberta, os autores ressaltam que o escutado pode se dirigir a um analista específico ou, até mesmo, ao grupo de analistas, sendo possível a rotatividade desses profissionais. Marino e Castro Neto (2019) sustentam:

> A rotatividade possibilita uma experiência com o inconsciente *sui generis*. Isso porque pode permitir ao sujeito certo aproveitamento de estilos oriundos da heterogeneidade de cada analista. Nesse ínterim, é importante dizer que recolhemos – por meio da escuta dos casos e graças às intervisões – efeitos terapêuticos que, se não são oriundos da circulação em si mesma, ao menos indicam a possibilidade de tais efeitos. Construímos diversas narrativas de casos envolvendo a rotatividade e, portanto, há efeitos reconhecidamente clínicos que se inscrevem nessa aposta clínico-política do coletivo (Marino & Castro Neto, 2019, p. 358).

Segundo a perspectiva freudiana-lacaniana, Marino e Castro Neto (2019) mencionam o dispositivo da transferência como uma demanda de amor e de completude com o Outro, dessa forma, essa transferência irá apontar questões do desejo do sujeito. Para Lacan (1969–1970/1992), é preciso que o analista possibilite o encontro do seu desejo com o desejo do analisado.

Outra experiência psicanalítica social é a Psicanálise na Rua, coletivo criado em 2018, que atende de forma gratuita em espaços públicos de Brasília. Guimarães e Jardim (2019) dissertam que o *setting* se constitui de duas cadeiras de praia: uma para o analista e outra para o analisando; uma de frente para outra, aliadas a uma placa com os atendimentos e horários. A escolha do território foi a Rodoviária do Plano Piloto, que passa, segundo os autores:

> [...] pela recuperação simbólica desta experiência no que chamamos de pulmão de classe trabalhadora de Brasília. Pela Rodoviária, uma massa de trabalhadoras e trabalhadores entra e sai do centro burocrático e elitizado da capital do Brasil, voltando de suas jornadas como prestadores de serviço barato dos moradores e comerciantes do Plano Piloto, da máquina estatal brasileira, etc. Tais pessoas moram, em geral, nas Regiões Administrativas distantes do Plano Piloto. O cinturão de mão de obra barata que circunda o bairro central embarca e desembarca nas plataformas dessa estação, e aos sábados pela manhã nos fazemos presentes, disponíveis à escuta particular da psicanálise, combinada à sua perspectiva crítica, no sentido de manter a dimensão sociopolítica como referência para o tratamento do sofrimento (Guimarães & Jardim, 2019, p. 317).

Outro território atendido por esse coletivo é a Praça Zumbi. A escolha se deveu, principalmente, conforme Guimarães e Jardim (2019), ao simbolismo da praça, que representa a resistência negra e se contrapõe à arquitetura eurocêntrica de Brasília. Os autores se baseiam em experiências tanto das clínicas públicas brasileiras quanto em clínicas europeias. A premissa desse projeto diz respeito a uma concepção psicanalítica que considera o sujeito na totalidade, ou seja, as dimensões social, econômica e política. Nesse sentido: "Cabe ao psicanalista sensibilizar-se para as origens sociais do

sofrimento, o que exige a autocrítica de sua posição de classe" (Guimarães & Jardim, 2019, p. 319). O foco terapêutico dessa abordagem está em fazer o sujeito restituir suas experiências vividas na integridade, sem qualquer abstração. Isso significa compreender seu sofrimento tanto daquilo que diz respeito à constituição subjetiva quanto à realidade concreta. Para isso, o coletivo se utiliza também de conceitos freudianos-lacanianos, no que concerne à visão de que "o inconsciente é a política". Essa afirmação revela que a psicanálise deve estar atenta e sensível às diferentes formas de opressão política, social, econômica e cultural vividas pelas subjetividades, pois essas opressões determinam, em larga escala, a forma pela qual o sofrimento se organiza.

Kehl (2018) foi uma das precursoras do trabalho psicanalítico social. Em seu livro *Bovarismo Brasileiro*, Kehl evoca relatos de casos e relata sua experiência/atuação frente ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O MST é um movimento político coletivo que busca a reforma agrária e a soberania popular, que, segundo a autora, prioriza o conhecimento. Desse modo, a psicanálise progressista pode encontrar um campo fértil de trabalho nesse espaço. Outro aspecto que facilita a escuta psicanalítica no movimento é o de que os membros do MST estão habituados a se engajar em longos processos de transformação, uma dinâmica recorrente na clínica.

Kehl (2018) retrata que, em meados de 2006, foi convidada para dar aulas sobre psicanálise na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em conjunto com grandes educadores que já faziam esse movimento, como Paulo Arantes, professor e doutor em filosofia.

Logo após algumas aulas e debates, Kehl foi chamada por um dos administradores da escola para fazer atendimentos clínicos com os sujeitos ali presentes, indicados pela ENFF. Ela começou os atendimentos a cada quinze dias, nos sábados pela manhã. Segundo Kehl (2018):

> A sala de atendimento, na maior parte das vezes, era um quarto desocupado ou gentilmente cedido por algum habitante compreensivo. As roupas eram dobradas, as mochilas encostadas num canto e, como nos postos de saúde que estavam habituados a frequentar, os responsáveis pelo quarto dispunham no centro do cômodo uma mesinha quadrada, com uma cadeira de cada lado (p. 138).

De acordo com Kehl (2018), posteriormente, foi improvisado até um divã, utilizando-se as camas do local. O uso ficava a cargo de cada paciente. Nas sessões, a autora relatou que havia um trânsito comum, como em qualquer clínica de pacientes que aderem ou não à terapia. Ademais, questionou as diferentes possibilidades do fazer terapêutico, de propiciar um efeito desneurotizante no sujeito, tornando possível o inconsciente vir à tona por meio de uma escuta analítica.

A partir desses relatos, é inegável que a condição do *setting*, como geralmente conhecemos nas Instituições de Ensino Superior (IES), são reducionistas quanto à variedade de possibilidades existentes.

Em 2012, conforme Passoni e Tosta (2021), foi lançado o Projeto Clínicas do Testemunho, uma política pública de saúde mental elaborada pela Comissão de Anistia, em conjunto com o Ministério da Justiça, para as vítimas de violência do Estado na ditadura civil-militar brasileira. Tratou-se de uma estratégia de cuidado baseada na fala livre e nas escutas compartilhadas do sofrimento, dessa forma, foi um meio de legitimar e dar vazão às violências vividas. A clínica do testemunho fundamenta-se, assim, na construção de um espaço potencial para a simbolização dos traumas vividos.

Ademais, as clínicas do testemunho foram criadas como projeto-piloto, a fim de realizar um trabalho de elaboração das memórias traumáticas. Os institutos Sedes *Sapientiae* e Projetos Terapêuticos de São Paulo foram os proponentes dessas clínicas, onde atuaram psicólogos e psicanalistas. A metodologia utilizada foi o testemunho, como forma de linguagem narrada para elucidar o fato traumático e trazê-lo à luz da consciência, mediante conversas com grupos de vítimas, familiares das vítimas e diálogos abertos com o público (Passoni & Tosta, 2021, p. 424).

Em consonância com as clínicas públicas, foi construído também, com a mesma abordagem da escuta das narrativas traumáticas, o Coletivo Margens Clínicas. Segundo Turriani (2019), iniciado em 2012, o coletivo tem a finalidade de atender vítimas da violência policial como forma de recuperação e reconstrução de uma memória coletiva. O coletivo foi composto por psicanalistas, psicólogos e simpatizantes, atuando em várias frentes. Frisa-se que esse coletivo continuou operando mesmo após encerramento da política de saúde mental das clínicas do testemunho, depois do golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial de Dilma Rousseff, em 2016.

Segundo Ribeiro e D'Fonseca (2020), o coletivo Margens Clínicas atua, principalmente, no SESC 24 de Maio, no centro de São Paulo, mas também em outros territórios. Uma dessas atuações ocorre em parceria com o coletivo Mães de Maio, formado por mulheres que tiveram seus filhos mortos pela Polícia Militar de São Paulo em maio de 2006, quando mais de 500 civis foram assassinados. O coletivo Margens Clínicas trabalha por meio de um processo terapêutico de escuta desses traumas, alicerçando, nessas mães, possibilidades de dar corpo e vazão a essas experiências que residem à "margem estatal hegemônica" (Ribeiro & D' Fonseca 2020, p. 96). Essas experiências democráticas de escuta visam retomar a importância de se pensar na dimensão social dos sujeitos e de proporcionar espaços de acolhimento para todos.

Conclusão

A percepção da necessidade de resgatar uma psicanálise que observe o sujeito em sua integralidade revela a importância das experiências de clínicas públicas. Tais experiências permitem repensar as práticas elitizadas adotadas por muitos psicoterapeutas, desconstruindo o *setting* terapêutico tradicional e transformando-o em um elemento metodológico da prática clínica.

Desse modo, a compreensão de uma teoria implica navegar em sua dimensão histórica e conceitual, visando munir o profissional de teorização metodológica suficiente para aplicar seus conhecimentos de maneira ética. Conforme tratado neste artigo, o sujeito precisa ser compreendido amplamente, sob a égide das diferentes esferas do social. As Instituições de Ensino Superior (IES) que formam profissionais para o cuidado da população, nessa perspectiva, devem se atentar para a realidade e proporcionar, para os profissionais de saúde mental, um ensino com diferentes experiências, que vão além da clínica no consultório. Assim, é preciso oferecer subsídios aos estudantes para que eles pensem criticamente acerca dos sofrimentos vividos pela população, para que, dessa forma, possam criar alternativas sociais que fortaleçam o laço coletivo nos seus territórios.

A partir do que foi discutido neste trabalho, é possível notar, desde Freud (1919/2019), uma necessidade de estender a psicanálise para além dos consultórios privados, reforçando o caráter social dessa teoria. Nesse sentido, proporcionar espaços democráticos e acessíveis de escuta consiste em uma perspectiva de saúde mental que retoma essas clínicas públicas. Os psicólogos e psicanalistas, portanto, necessitam desconstruir os espaços segregadores e devem atuar para garantir o direito à saúde mental de todos como condição ética da profissão, prezando pelos direitos humanos.

Referências

Cardoso, M. J. D'E. & Darriba, V. A. (2016). A Referência a Marx no Ensino de Lacan. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 32*(1), 189-197. https://doi.org/10.1590/0102-37722016012418189197

Casadore, M. M. (2012). *Sándor Ferenczi e a psicanálise: Pela errância das experimentações.* Cultura Acadêmica.

Cordeiro, A. M., Oliveira, G. M. de, Rentería, J. M., & Guimarães, C. A. (2007). Revisão sistemática: Uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, *34*(6), 428–431. https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012

Chaves, W. C. (2002). A noção lacaniana da subversão do sujeito. *Psicologia: Ciência e Profissão, 22*(4), 68-73. https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000400008

Danto, E. A. (2019). *As clínicas Públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social, 1918-1938* (K. T. S. Guimarães, Trad.). Perspectiva. (Trabalho original publicado em 2005).

Dunker, C. I. L. (2022). *Lacan e a democracia: Clínica e crítica em tempos sombrios*. Boitempo.

Dunker, C. I. L. (2015). *Mal- Estar, sofrimento e sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros.* Boitempo.

Freud, S. (1996). Dinâmica da transferência. In S. Freud, *O caso Schreber, artigos sobre a técnica e outros trabalhos (1911-1914)* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 12, pp. 60–66). Imago. (Originalmente publicado em 1912).

Freud, S. (2019). Caminhos da terapia psicanalítica. In S. Freud, *História de uma neurose infantil (o homem dos lobos), além do princípio do prazer e outros textos (1917–1920)* (P. C. de Souza, Trad., Obras completas, Vol. 14, pp. 209–219). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1919).

Guimarães, T., & Jardim, R. M. M. (2019). Apontamentos sobre o horizonte crítico do Psicanálise na Rua. *Teoría y Crítica de la Psicología*, (12), 315–339. http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/291

Kehl, M. R. (2018). *Bovarismo Brasileiro: Ensaios*. Boitempo.

Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Zahar. (Originalmente publicado em 1969–1970).

Lima, R. A. (2019). Clínicas públicas nos primórdios da psicanálise: Uma introdução. *Teoría y Crítica de la Psicología*, (12), 292–314. https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/292

Macari, M. L., & Weinmann, A. O. (2021). Psicanálise e Revolução Russa: Notas para um debate. *Avances en Psicología Latinoamericana*, *39*(2), 1–15. https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.8595

Marino, A., & Castro Neto, A. R. de (2019). Psicanálise na Praça Roosevelt: Uma experiência clínico-política em um espaço público. *Lacuna: Uma revista de psicanálise*, *(8)*, 10. https://revistalacuna.com/2019/12/08/n-8-10/

Passoni, M. F. S., & Tosta, R. M. (2021). Clínicas do Testemunho na elaboração do traumático: Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira. *Psicologia Revista*, *30*(2), 412–432. https://doi.org/10.23925/2594-3871.2021v30i2p412-432

Pinto, T. (2019). Os pés descalços: Um relato sobre a experiência Psicanálise na Rua. *Teoría y Crítica de la Psicología*, *12*, 368–385. https://core.ac.uk/display/224960720

Ribeiro, T. M., & D'Afonseca, V. C. P. (2020). Nossos mortos têm voz: Notas clínicas e políticas sobre imagens e vozes. *Revista de Teoria da História*, *22*(2), 94–111. https://doi.org/10.5216/rth.vi2.66541

Rodrigues, H. B. C. (2006). Sejamos realistas, tentemos o impossível: Desencaminhando a psicologia através da análise institucional. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (3ª ed., pp. 609–657). Nau.

Safatle, V. (2020). *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Autêntica.

Turriani, A. (2019). Questões subjacentes às margens da clínica e da transmissão psicanalítica em territórios vulnerabilizados pela violência política. *Teoría y Crítica de la Psicología*, *12*, 340–351. https://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/293

Contribuição dos Autores

Silva, M. A. M.: Conceitualização, Metodologia, Redação – rascunho original, Escrita – revisão e edição.
Passos, R. F.: Conceitualização, Metodologia, Supervisão, Escrita – revisão e edição.

Fonte de Financiamento

Este trabalho não contou com suporte financeiro ou financiamento específico de agências de fomento.

Conflito de Interesses

Os autores informaram que não há conflito de interesses.

Direitos Autorais

Os autores detêm os direitos autorais relativos ao artigo e concedem à Revista Subjetividades o direito de primeira publicação. O trabalho é publicado em Acesso Aberto (*Open Access*) sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 (CC BY-NC 4.0).

Uso de Inteligência Artificial

Os autores declaram que não foi utilizado nenhum recurso de Inteligência Artificial na elaboração deste artigo.

Verificação de Similaridade

A Revista Subjetividades mantém a prática de submeter todos os artigos aprovados para publicação à verificação de similaridade pelo software *iThenticate* da *Turnitin*, através do serviço *Similarity Check* da *Crossref.*

Disponibilidade de Dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo poderá ser disponibilizado mediante solicitação.

Revisão por Pares

Este conteúdo foi avaliado conforme o processo de revisão por pares duplo-cego (*double-blind peer review*). A divulgação das informações dos pareceristas e do Relatório de Revisão por Pares (*Peer Review Report*) é feita somente após a conclusão do processo avaliativo e com o consentimento voluntário dos respectivos pareceristas e autores.

Editora-chefe Responsável

Regina Heloisa Maciel
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-2933-7021

Editores Associados

Kaline da Silva Lima
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0001-6127-5815

Leônia Cavalcante Teixeira
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-4997-5349

Lucas Guimarães Bloc
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-8528-131X